

Imagens da integração: representações sociais sobre a integração da agricultura portuguesa na Comunidade Europeia

1. INTRODUÇÃO

A política agrária desempenhou um papel fundamental na construção da Comunidade Europeia, tendo sido a primeira e, durante muito tempo, a única política comum. Considerada por vezes como um entrave à construção da Europa, pelos enormes recursos que absorve, ela é simultaneamente acolhida como uma política estruturante quando se atingem acordos a seu respeito, acordos que se devem, quase sempre, mais a compromissos políticos do que a análises económicas, dando corpo à ideia de que o mais notável na política agrícola comum é o facto de, apesar das dificuldades, sempre se acabar por encontrar uma solução¹.

Prevista no Tratado de Roma como política prioritária, os seus objectivos carregavam já intencionalidades sociais e políticas marcantes. Conjuntamente com a intenção de aumentar a produtividade da agricultura e de se alcançar o auto-abastecimento alimentar, a PAC visava assegurar aos agricultores um nível de vida equivalente aos trabalhadores dos outros sectores produtivos e garantir preços razoáveis para os consumidores. Como afirmava Placide Rambaud, a política agrícola comum viria a funcionar como elemento essencial na construção dessa sociedade de *complexidade experimental* que é a Comunidade Europeia. Não admira, assim, o papel que tem desempenhado na construção do imaginário comunitário.

Neste quadro complexo e definidor de solidariedades conflituais, a integração de Portugal na Comunidade Europeia põe em confronto não apenas dois níveis diferentes de desenvolvimento da agricultura, como também, paradoxalmente, dois tipos de crise: nos países industrializados da Europa comunitária vive-se uma crise de sobreprodução, efeito perverso de uma política com sucesso que favoreceu o investimento e assegurou o escoamento dos produtos e da capacidade de resposta dos agentes económicos a quem se destinava, os agricultores, enquanto em Portugal se vive uma crise de excessiva

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

¹ Sobre este assunto, v. M. Tracy (1989) e também P. Rambaud (1989).

dependência agrícola e alimentar, de baixa produtividade e de excesso de população na agricultura.

Este artigo é uma primeira introdução ao estudo das representações sociais sobre a política agrícola comum e sobre o modo como os agricultores, neste caso os jovens agricultores, pensam a integração de Portugal na Comunidade Europeia e perspectivam o mercado único europeu que se avizinha. Não se andará longe da verdade se se afirmar que estes portugueses agricultores pensam a Europa fundamentalmente na medida em que ela afecta o seu quotidiano como ... agricultores! O resto, isto é, a construção europeia, a Europa dos cidadãos, a questão da supranacionalidade, é tudo uma realidade algo distante, ouvida por vezes na televisão, a não ser que ponha em causa aspectos fundamentais da sua vivência e futuro, como a possibilidade de trabalhar no exterior e essa coisa *estranha* que é a moeda única.

A informação utilizada foi recolhida no âmbito de uma investigação de campo iniciada há dois anos sobre os jovens agricultores e as representações sociais sobre a política agrícola comum². A ideia original foi de Placide Rambaud, que animou entre 1987 e o seu falecimento, em 1990, um estudo a nível europeu sobre as representações sociais dos agricultores sobre a Europa agrária e as estratégias que ela propõe, impõe ou provoca, partindo daí para a análise dos processos de construção de uma cidadania europeia³. Neste artigo ensaia-se a análise dos pontos nodais dos *discursos* dos jovens agricultores entrevistados. Considerando cada ponto nodal como uma situação crítica, isto é, representada como tal pelos jovens agricultores, o trabalho aqui apresentado pretende funcionar como quadro de referência das representações sociais sobre a política agrícola comum e a construção do mercado único e, simultaneamente, das configurações de atitudes assumidas ou pensadas sobre o seu presente e o seu futuro como agricultores.

O trabalho de campo efectuou-se em cinco zonas agrárias do continente, aceitando-se como limites destas os propostos pelo Ministério da Agricultura, escolhidas de acordo com um conjunto de critérios relativamente gerais, visando conjugar duas lógicas consideradas pertinentes para a análise. A primeira refere-se ao que se poderia designar por *lógica de produto* e tem como objectivo fixar a atenção em produtos mais sensíveis ao alargamento do mer-

² Este estudo tem o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Secretaria de Estado da Juventude e é efectuado no quadro de um protocolo de colaboração entre o Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal. A investigação está também em curso nos Açores, com o apoio da Secretaria Regional do Desenvolvimento Agrário e do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.

³ P. Rambaud publicou, durante aquele período, um vasto número de artigos sobre a construção da Comunidade Europeia e que, para além dos indicados na bibliografia deste artigo, são recensados em «Avec Placide Rambaud (1922-1990). Des communes rurales à la Communauté Européenne», *ANAMNÈSES. Cahiers de maïeutique*, Paris, Bibliothèque Historique des Économies Sociales, 1991. Um primeiro conjunto de trabalhos da rede de investigação que coordenava foi publicado em número especial de *Agricultura y Sociedad*, 1989, Abril-Junho.

cado e à sua obediência a normas supranacionais. A segunda tem já uma componente mais especificamente localizada ou, se se preferir, ela refere-se a uma *lógica de região*, integrando no conjunto da análise realidades produtivas diferentes. Obedecendo aos quesitos da amostra intencional, não procurando, portanto, representatividades estatísticas, a escolha das zonas e, no seu interior, dos agricultores entrevistados, seleccionados de entre o universo dos que frequentaram cursos de formação para jovens agricultores, assumiu como princípio orientador a natureza contextual das representações sociais⁴.

2. DA LEITURA DOS DISCURSOS À CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O estudo das representações sociais coloca a análise ao nível do cognitivo, referindo-se aquela fatia do conhecimento que, por oposição ao conhecimento científico, se designa de conhecimento de senso comum. Situadas no interface do psicológico e do social, as representações sociais funcionam como elemento de articulação entre o individual e o social. A sua formação está dependente de um conjunto de situações directamente relacionadas com a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social: da informação disponível, geralmente insuficiente e distribuída de forma desigual pelos grupos sociais; do facto de os indivíduos tenderem a *focalizar* os diferentes objectos e aspectos dos espaços sociais em que se inserem em função dos seus interesses, posições sociais e valores. As representações sociais têm um carácter essencialmente funcional, aparecendo como resultado e como condicionantes da acção social, influenciando na sua estabilidade e na sua dinâmica, com capacidade de transformar a descrição de uma situação em explicação dessa mesma situação, forjando evidências sobre a realidade. As representações são, assim, transcrições das necessidades dos indivíduos e dos grupos em manifestar a sua opinião, de explicar as situações sociais em que participam e de dar resposta às solicitações dos outros indivíduos e grupos.

As representações foram aqui consideradas como modos de interpretar e de pensar a realidade quotidiana, como um conhecimento construído a partir das experiências individuais, das informações, dos modelos, dos valores, que cada indivíduo adquire e transmite. Definidas deste modo, as representações surgem-nos como modalidades de conhecimento prático, orientadas

⁴ O trabalho de campo decorreu nas zonas agrárias das Terras da Maia, do Alto Mondego, de Coruche, de Odemira e do Nordeste algarvio, cujas áreas se estendem por quinze concelhos. O universo estudado é constituído por 783 jovens agricultores, a partir dos quais foram seleccionados mais de seis dezenas, que viriam a ser sujeitos a entrevistas aprofundadas, completadas posteriormente com dados de natureza biográfica. A adaptação do guião aos condicionamentos e especificidades locais foi efectuada a partir de um estudo prévio de caracterização das zonas, realizado por análise documental e entrevistas exploratórias junto de técnicos agrícolas e informantes privilegiados. Sobre a metodologia e as técnicas utilizadas, v. N. Lourenço (1988).

para a comunicação, a apreensão e o domínio do meio social, um conhecimento socialmente elaborado e partilhado. Enquanto maneiras de pensar a realidade quotidiana, como diz D. Jodelet (1984), as representações expressam-se, sob a forma de imagens condensadas do social, nas suas dimensões materiais e ideais⁵.

2.1. PORTUGAL E A COMUNIDADE: UTOPIA E SOLIDARIEDADES CONFLITUAIS

Placide Rambaud referia que a noção de comunidade funcionava, antes de tudo, como uma utopia. A utopia projecta, dizia ele, a imaginação colectiva para além do quotidiano num espaço e num tempo que estão em qualquer lado ou em lado nenhum. A noção de Comunidade Europeia é essencialmente isso, uma interpretação imaginária da vida dos doze países. É, aliás, possível fazer o inventário dos problemas críticos, isto é, medir a distância entre as realizações e o imaginado. O que sobressai dos discursos aqui analisados é precisamente o receio de uma utopia em cuja construção se esteve ausente: aceitam-se *benesses*, reconhecem-se apoios, mas os parceiros comunitários são excessivamente julgados como os *outros* e raramente como um *nós*.

Reconhecendo a Europa comunitária como um facto, e um facto irreversível — «[...] a Europa, quer a gente queira, quer não queira, está cá!», ou «[...] e não é p'ra voltar para trás [...] mesmo que alguns não queiram, tem de ser [...]» —, a imagem da integração, das suas consequências e dos seus resultados cabe no quadro do que designamos por solidariedades conflituais: à institucionalização de um sistema de garantia de preços e de quotas de produção que asseguram o escoamento opõe-se *conflitualmente* a ideia de um sistema regulador distante e supranacional num quadro de concorrência entre desiguais. Mas, como reconhecia Max Weber, uma comunidade não é sempre constituída por relações complexas que associam, de uma maneira frágil, sentimentos e atitudes heterogéneos? As respostas veiculadas pelas entrevistas são precisamente o reconhecimento dessa fragilidade.

A Comunidade é lida mais como um conjunto de *outros* do que como um *nós*. A percepção da alteridade é das que mais intensamente atravessam os discursos com referências à defesa do interesse nacional, quer numa dimensão mais económica, quer numa dimensão mais global — leia-se cultural! —, num apelo de defesa de «coisas que são nossas» relativamente ao que é exterior: «[...] porque há costumes e coisas lá no estrangeiro que as pessoas cá não estão habituadas nem gostam [...]» No entanto, embora lida como elemento de mudanças significativas, a integração não é percebida como um acontecimento que influa negativamente na vida das pessoas, «[...] acho que vamos construir uma sociedade mais aberta [...]», ou, mais objectivamente, «a Europa tem transformado a nossa maneira de viver [...] transformado não digo bem [...] tem melhorado [...] piorado acho que não». A noção

⁵ Para um desenvolvimento teórico do conceito de representação social tal como aqui utilizado, v. D. Jodelet (1984) e N. Lourenço (1988 e 1991).

do outro funciona, com efeito, mais como elemento de identidade nacional e regional do que como de rejeição da Comunidade Europeia por eventuais males que dela pudessem advir: «E, assim como assim, eu sou da Lamarosa!»

A leitura de uma Europa comunitária é, contudo, uma leitura restritiva, quase se poderia dizer que, mais do que de uma comunidade, os entrevistados falam de uma *comunidade económica*. As referências à Comunidade como se esta fosse um conjunto de países para tratarem de negócios são frequentes — « [...] faz de conta [...] de uma cooperativa» ou, de um modo mais preciso, «é uma organização mais económica» — e acompanhadas, não raras vezes, de uma vontade expressa de que não seja mesmo mais do que isso: «[...] acho bem que cada qual fique a viver o mesmo ambiente que tinha [...] e que haja só ligação nos negócios.»

A ideia de integração é, assim, mais percebida como um deslocamento de poderes numa área restrita, embora significativa no quotidiano dos entrevistados, do que como um processo integrador global. A Comunidade é vista como um elemento limitador do poder do Estado — «não vai mandar, mas condiciona certas coisas que ele pode fazer [...] eles lá é que resolvem como é que hão-de dar pr'o gado [...] pr'o leite, pr'a isto, pr'a aquilo [...]» — e com uma real capacidade impositiva. Esse poder tem um rosto e um nome — «[...] lá em Bruxelas, pois (!), lá onde eles estão todos a mandar [...]» — e um limite para além do qual a sua actuação é inaceitável: «[...] se for para ajudar Portugal [...] que não seja a tomar posse e que o governo perca os poderes, acho bem.» Os discursos manifestam quase sempre uma contradição, que se exprime de um modo bipolar, por um lado, a aceitação das ajudas, consideradas como desempenhando um papel importante na modernização da agricultura, e, por outro, a necessidade de preservar os poderes nacionais. Esta contradição não é, todavia, absoluta e, para muitos, quem dá tem *direitos*: «[...] porque eles (o governo) têm de se basear no que eles (a Comunidade) mandam [...]»

A aceitação de uma interferência comunitária é, contudo, aceite com uma certa relutância. A distinção entre o *eles* e o *nós* é então mais intensa, acentuando a existência de um sentimento — muito forte em certos casos — de discriminação. Este sentir-se discriminado é percebido de maneiras diferentes. Por vezes, insiste-se com o facto de as normas comunitárias se não adaptarem à realidade portuguesa independentemente do seu sucesso em outros países, noutras vezes é o modo da aplicação que é contestado. No primeiro caso é a imagem da Comunidade que sai prejudicada — é a referência a normas que «[...] até podem-se adaptar bem lá!» —; no segundo caso, a crítica recai na incapacidade da parte portuguesa em negociar a integração ou em gerir as ajudas. As críticas mais fortes referem-se à abertura do mercado quando os produtos nacionais ainda não foram totalmente escoados.

O sentimento de discriminação é, no entanto, mais forte quando, em vez de ter como quadro de referência a Comunidade, se centra numa realidade menos distante e mais objectiva, como os *outros* países comunitários. Nestes casos, o que sobressai é a representação de uma Europa rica e de uma

Europa pobre, que se manifesta sob várias formas e sobre vários objectos. É a aquisição de terrenos por estrangeiros que não é bem vista, são os maiores apoios e as políticas praticadas nos outros países consideradas como mais eficazes, são as referências às ajudas concedidas para os estrangeiros se instalarem em Portugal e as facilidades e os apoios à venda dos seus produtos em território nacional. As referências a estes *estrangeiros* apontam mais frequentemente para os espanhóis, os holandeses e os franceses, mas são os dois primeiros que são indicados como eventualmente recebendo ajudas para se instalarem em Portugal: «[...] recebem dinheiro para se virem implantar cá, e, se nós formos para Espanha, o Estado não dá dinheiro nenhum», ou ainda «[...] há muitos estrangeiros que estão já a fazer explorações aqui [...] holandeses [...] o Estado deles é capaz de ter dado dinheiro para eles virem para aqui [...] e os portugueses não recebem nada!». E a seguir vem o receio: «Tenho ouvido falar nos holandeses, lá na parte do Sul, que se têm instalado com bastante área [...] julgo que está a funcionar [...] acho que eles têm um nível superior e eu acho que eles se conseguem perfeitamente enquadrar aqui, só espero que não venham muitos!»

2.2. MERCADO E DISFUNCIONAMENTO DAS ESTRUTURAS DE APOIO

A partir dos anos 70, a política agrícola da Comunidade enfatiza as noções de empresa e de mercado, dando origem a um complexo conjunto de transformações económicas e culturais. A profissionalização dos agricultores, isto é, a transformação do trabalho agrícola em profissão, conseguida pela qualificação técnica e generalização do cálculo económico, passa a constituir um dos objectivos explícitos da política agrícola comum. A questão dos excedentes domina amplamente este quadro relacional, cujo objectivo é fazer que o agricultor assuma progressivamente o papel de empresário, despidendo-se da sua qualidade de agricultor-produtor, ou seja, de agente económico que produz sem ter em conta o mercado.

Pretende-se, deste modo, transformar as explorações familiares em unidades agrícolas geridas sob uma racionalidade em que a produção se subordina ao mercado, em que se produz para vender e apenas o que se vende. A passagem de uma categoria a outra não é isenta de dificuldades e pressupõe transformações significativas de mentalidade e do universo de representações. Neste processo, os Estados e a Comunidade desempenham um papel activo, uniformizando os requisitos necessários ao exercício da actividade agrícola, instituindo acções comuns relativas à melhoria das estruturas agrícolas e intervindo directamente na formação profissional. A contabilidade e os planos de exploração aparecem nos textos oficiais como elementos introdutores de uma nova linguagem adaptada às exigências da fiscalidade e às regras da economia nacional e comunitária.

Noutro plano, o mercado funciona como elemento integrador dos agricultores em áreas mais vastas, exigindo-lhes a capacidade de se articularem com outros espaços para além dos definidos pelos seus universos local e regio-

nal. Fixação de preços, regras de qualidade, incentivos orientadores da produção, são elementos significativos das políticas agrícolas, doravante definidas supranacionalmente. Dito de outro modo, as novas regras de mercado integram ou pretendem integrar os agricultores — pelo menos aqueles que participam mais directamente no processo de europeização da economia — no espaço comunitário, relacionando-os com os agricultores dos restantes países, enquanto elementos de referência para os seus comportamentos e decisões económicas. Esta *deslocalização* da agricultura é, assim, essencialmente, o resultado da passagem do sistema regulador e normativo da vida económica dos Estados para a Comunidade num movimento que, em muitos aspectos, significa a limitação, quando não a substituição, do direito nacional. Todas estas questões atravessam os discursos dos entrevistados, embora as suas preocupações se refiram mais ao imediato, às dificuldades vividas no presente, do que às consequências previsíveis da construção do mercado único. Os instrumentos de modernização introduzidos pela política comunitária, como a formação e a contabilidade, por exemplo, são frequentemente considerados mais como uma imposição do que como algo efectivamente indispensável à actividade de empresário agrícola.

A contabilidade é, aliás, o paradigma desta situação. Percebida como uma formalidade que se cumpre para se ter acesso ao crédito concedido ao abrigo dos apoios comunitários, a sua utilização e dos planos de exploração como instrumentos eficazes e indispensáveis da gestão é ainda uma realidade para apenas alguns dos entrevistados. No fundo, o problema não reside tanto em fazer ou não fazer *uma* contabilidade, mas em fazer da contabilidade um instrumento de gestão. A utilização de normas de gestão supõe uma certa transformação da racionalidade económica do agricultor e a necessidade de estabelecer relações entre realidades diferentes. Com efeito, o recurso a uma contabilidade de gestão pressupõe uma racionalidade preparada para comparar os resultados com os meios utilizados, isto é, para o estabelecimento sistemático de uma relação numérica entre meios e fins enquanto base do cálculo das rentabilidades da actividade agrícola. A análise das entrevistas mostra como para muitos jovens agricultores a gestão da unidade agrícola se processa ainda de acordo com parâmetros tradicionais e em que a contabilidade é considerada como um constrangimento que «[...] se faz para se receber o subsídio».

O mercado, e fundamentalmente o mercado único, é perspectivado como algo distante e de um modo não activo. Fala-se pouco de acções intencionalmente dirigidas e orientadas para o mercado e são raros os casos em que se vislumbram comportamentos que se possam designar por estratégias coerentes e articuladas com a evolução do mercado. Os discursos referem mais frequentemente eventuais dificuldades de escoamento, os preços, a falta de estruturas, a ausência de apoios, do que uma atitude deliberada de actuar no mercado. Relativamente aos condicionalismos e à concorrência resultante da construção do mercado único, a situação de passividade repete-se e as referências mais insistentes são constituídas pelas críticas e os receios da **entrada de produtos estrangeiros.**

Algumas entrevistas reflectem, todavia, uma preocupação pelas mudanças impostas devido à construção do mercado único. Neste casos, os discursos indiciam preocupações pela qualidade como meio eficaz de sobreviver a uma concorrência mais aguerrida. Os jovens agricultores falam então de «um mercado da qualidade», por oposição a «um mercado da quantidade», e, simultaneamente, da busca de nichos de mercado onde será possível concorrer com os produtos provenientes do estrangeiro, mas, mesmo aqui, não se fala tanto em vender para fora do país, mas em resistir à concorrência. O desconhecimento das tendências do mercado e das condições a preencher para se poder exportar é, aliás, generalizado. A introdução de novos produtos é sempre pensada em termos regionais, quando não mesmo locais. Dir-se-ia, por vezes, que a percepção da pequena dimensão da agricultura praticada impede um raciocínio articulado com as mudanças que a construção de um mercado alargado e comum aos doze países comunitários impõe.

As faltas de estruturas e de apoio são também os pontos mais repetidamente apontados, mas sempre mais como carências e dificuldades da agricultura do que como componentes de um discurso marcado pela intencionalidade de querer alterar a situação. O caso das cooperativas e, de um modo mais geral, do associativismo agrícola é representativo desta relativa passividade face à necessidade de mudança. Numa das entrevistas, agora eleita à categoria de paradigma desta atitude, refere-se como indispensável a associação dos agricultores, «como se faz lá fora», para vencer dificuldades e conseguir competir no mercado: «[...] eu acho que vai haver muita concorrência [...] tanto nas estufas como em qualquer ramo, os agricultores têm é que crescer agora para se poderem aguentar [...] as pessoas têm é que crescer no ramo em que estão; se não, vão ao charco [...] por acaso tive a possibilidade de fazer uma visita lá fora, à França e à Holanda, e deu para ver que as pessoas lá associam-se muito [...] formam grupos grandes e conseguem fazer boas coisas, as pessoas estão muito associadas, como não há aqui em Portugal ainda, acho que as pessoas são muito individuais, havia de haver associações e juntarem-se as pessoas, e isto funcionava muito melhor [...] o associativismo lá funciona que é uma maravilha e acho que é isso que precisávamos em Portugal [...] os agricultores assim produzem muito mais, melhor qualidade, e trabalham menos [...] uma coisa que vi na Holanda, o campo das flores, aquilo é que é bonito, aquilo funciona mesmo, as pessoas levam tudo para ali e não há problemas, vai para todo o lado do mundo, o que é que eles precisam mais, aquilo é que havia de haver em Portugal.»

A constatação da necessidade não se segue, todavia, nenhuma intenção visível de agir: «[...] já pensei já [em formar uma cooperativa], mas a gente fala, fala [...] quando acabei de fazer o curso (de jovens agricultores), ainda fizemos umas reuniões para fazer uma cooperativa, mas olhe, nunca mais ninguém disse nada, e não sei se isso foi para a frente se não [...] eu acho que (para iniciar um processo de constituição de uma organização de tipo cooperativo) devíamos ser nós todos juntos com a ajuda de engenheiros e assim pessoas que soubessem melhor do que nós, acho que devia

ser assim todos juntos, eu acho que devia, mas está assim um bocado [...] não sei.»

Esta dificuldade em se articular com o mercado reflecte-se constantemente nos discursos, mesmo nos casos em que novos produtos são lançados com o apoio dos serviços públicos. Com efeito, a ausência de estruturas adequadas e eficazes de comercialização acaba por pôr em risco programas de desenvolvimento em zonas onde as alternativas de modernização da agricultura são escassas. Repare-se neste extracto de uma das entrevistas: «[...] explicaram que a gente ia ter umas associações, que a gente ia vender o mel por esse *intermeio* [...] mas até hoje ainda não temos nada [...] (para onde vai o mel) eu não lhe sei dizer [...] já falei com uma rapariga de um supermercado, mas os produtos não podem ser expostos sem rótulo, e eu não tenho rótulos [...] e a rapariga disse [...] 'o mais que pode trazer é um litro ou dois' [...] e tem de se comprar o frasco de quilo ou de meio quilo, eu, quando vendo, vendo num frasco de café [...]»

Este panorama de críticas, de receios e de expectativas é por vezes compensado com o recurso a estereótipos de cariz regionalista em que as dificuldades são vencidas pelas qualidades inatas dos produtos nacionais ou pelo menos de alguns deles. De acordo com a região, varia o argumento, isto é, o produto: «[...] a nossa fruta tem mais sabor!», ou «o nosso borrego é mais saboroso!», culminando com a referência à exclusividade regionalista com laivos de um nacionalismo de recurso, «o vinho verde é um produto único no mundo».

A construção do mercado único vai transformar a Europa comunitária não apenas num espaço de livre circulação de produtos como de pessoas. Em contextos regionais, como o do Alentejo, onde o recurso à mão-de-obra assalariada é mais intenso, a preocupação por esta abertura de Portugal a espaços mais ricos e desenvolvidos sai do contexto mais restrito da concorrência em termos de produtos, situando-se no quadro dos salários e do seu impacto na vida das explorações. A capacidade competitiva da agricultura portuguesa, que, tal como outros sectores da nossa economia, continua a assentar em baixos salários, será então fortemente posta em causa: «Quando houver livre concorrência, iremos enfrentar o problema da concorrência dos preços [...] mas, na minha opinião, vamos enfrentar outra ainda que é a mão-de-obra: havendo salários mais altos noutros países, desde que isso seja livre [...] há muito pessoal que se vai embora para fora.»

2.3. POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E PROTAGONISMO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

No prefácio a *Les paysans contre lapolitique*⁶ Emmanuel le Roy Ladurie lembrava que os agricultores podem possuir os atributos exteriores do desenvolvimento, como o rádio, a televisão ou o carro, mas aos olhos da opinião

⁶ Suzanne Berger (1975).

pública continuam a ser camponeses! Agricultores ou camponeses, para o caso pouco importa, são assim identificados pela pertença a um grupo particular, portador de elementos definidores, materiais e espirituais, de uma identidade representada como conservadora e pouco adaptada à modernização. No quadro da Comunidade, embora considerando que os agricultores estavam desfavorecidos relativamente aos outros cidadãos, apenas um em cada cinco europeus não considerava excessivo o apoio comunitário à política agrícola, enquanto metade dos inquiridos pensava que os problemas da agricultura eram essencialmente devidos a produções excedentárias; sete em cada dez pensavam que no futuro deveriam desaparecer as explorações menos rentáveis⁷.

Se o ponto de observação se deslocar, isto é, se o observador se colocar ao lado dos agricultores (ou camponeses!), este assumir de uma identidade particular mantém-se, revestindo os contornos de uma identidade ameaçada e de um sentimento de incompreensão pela sua natureza particular. Este corte entre *rurais* e *urbanos*, esta representação recíproca como *in* e *out group*, caracteriza as relações entre agricultores e técnicos dos serviços públicos percebidas, de uma e da outra parte, como relações entre o Estado e os camponeses.

Os discursos dos jovens agricultores mostram esta ruptura através da representação do técnico e dos serviços como algo exterior, pouco conhecido e que raramente proporciona a ajuda e o apoio necessários no momento certo — ou seja, quando deles se precisa —, paradoxalmente associada à ideia de um excessivo protagonismo dos serviços, cuja capacidade real de intervenção é frequentemente posta em causa. Herdeiros de um imagem centralizadora e autoritária, cuja origem reside na ainda não desfeita representação da administração pública do Estado Novo e da sua estrutura corporativa, a acção dos serviços intervenientes na agricultura é quase sempre julgada com reservas, quando não com desconfiança⁸.

Falta de visibilidade, dificuldade de acesso, morosidade das respostas, críticas ao modo de aplicação das ajudas comunitárias, críticas à filosofia e ao modo de aplicação do crédito agrícola, não articulação do funcionamento dos serviços com a vida dos agricultores, não circulação da informação relativa à evolução dos mercados, cursos de formação pouco adequados (pelas matérias ou pela organização) às necessidades reais dos agricultores, aconselhamento pouco eficiente, quando não desastroso, incapacidade de criar ou de ajudar a criar estruturas de apoio, inadequação ou carência da investigação agrária aplicada e sua deficiente divulgação, são as críticas ouvidas com maior insistência, ditas explicitamente ou veiculadas subtilmente ao longo da entrevista.

A *zona agrária*, enquanto estrutura visível dos serviços do Ministério da Agricultura, reúne e concita sobre si a parte mais explícita das críticas, des-

⁷ Eurobarómetro de Fevereiro de 1988.

⁸ Sobre este assunto, v. M. Ema Lourenço (1985).

tacando-se a ideia de uma realidade distante dos agricultores e não pensada para eles: «os serviços não existem para nós» é um comentário frequente, dito deste ou de outro modo. É uma imagem que parece, no entanto, em transformação. A aplicação dos instrumentos de apoio comunitários deram uma maior visibilidade aos serviços e este acesso mais frequente parece estar a alterar a percepção que os jovens agricultores fazem dos organismos públicos: «[...] a gente antes nem sabia que havia zona agrária em [...] aquilo era só deles, ninguém tinha a liberdade, faz de conta, de lá ir [...] pronto era uma instituição a que as pessoas pouco acesso tinham!»

A abertura forçada pela aplicação das ajudas comunitárias, a frequência dos cursos de formação de jovens agricultores, a necessidade de elaborar os projectos de instalação, etc, vão contribuindo para alterar progressivamente este quadro: «[...] um faz um projecto, outro vai falar com o engenheiro tal, outro tirou o curso e ficou a conhecer os engenheiros todos [...] a pessoa ficou a ter convívio [...] pronto foi uma abertura.»

Este mais fácil acesso à zona agrária não é, todavia, sempre perspectivado como uma melhoria real da qualidade dos serviços prestados. A não articulação do funcionamento dos organismos com a vida dos agricultores e a morosidade das respostas permanecem como imagens negativas. O deficiente atendimento, devido a horários não adaptados ao público utente e à ausência dos técnicos, dá o tom aos comentários. É frequente ouvir a *queixa* de que se vai repetidamente aos serviços pedir uma informação que ninguém dá: «[...] eu já lá fui [à zona agrária] uma meia dúzia de vezes para tratar das cepas de umas vinhas e ainda não encontrei a pessoa para me dizer, pelo menos, se elas já existem disponíveis ou não, quanto mais para serem aplicadas [...]»

De igual modo, os cursos, as ajudas e o mais fácil acesso aos serviços públicos continuam a não ser suficientes para suprir a grande ausência de informação sobre o complexo contexto em que a agricultura se desenvolve actualmente. A análise das entrevistas transmite uma imagem de desconhecimento, voluntarismos e de soluções pontuais. À omissão na acção junta-se, por vezes, o excesso de protagonismo dos serviços, promovendo projectos ou produtos sem o estudo cuidadoso das potencialidades locais e regionais ou das capacidades efectivas dos agricultores em desenvolver o que lhes é proposto. A seguinte afirmação de uma jovem agricultora é paradigmática desta situação: «[...] sinto que estamos em círculo fechado [...] não estamos a caminhar em linha recta [...] andamos à volta [...] nervosos para fazer coisas, mas [...] não se vê o resultado do investimento na agricultura!»

Neste quadro relacional difícil e caracterizado por mútuas recriminações é de destacar o que se poderia designar por excesso de protagonismo das estruturas regionais e locais do Ministério de Agricultura, exercido, algumas vezes pelo menos, sem o acautelar de possíveis consequências negativas. Os indícios de que os serviços promovem acções e motivam os agricultores à introdução de novos produtos sem uma avaliação prévia das possibilidades de sucesso das iniciativas propostas transparecem em várias ocasiões, acom-

panhados pela descrição de casos reais e não raras vezes de um sentimento de frustração acentuado. Este protagonismo excessivo dos serviços é visto, pelo lado dos agricultores, como o resultado da conjugação de um conjunto de factores e de situações cujo inventário é facilmente efectuado a partir das entrevistas. O voluntarismo e a falta de atenção às realidades locais e regionais específicas surgem como referências mais frequentes neste ponto dos discursos dos entrevistados.

Esta crítica à não adequação das acções de apoio à modernização da agricultura estende-se, com frequência, ao crédito e aos serviços por ele responsáveis⁹. A análise das entrevistas mostra como muitos jovens agricultores sentem que os seus projectos de investimento são analisados, não tendo em atenção as especificidades locais e regionais, ou, noutros casos, que os critérios de produtividade e rendibilidade são inadequados, induzindo «exageros na produção» e originando desequilíbrios na gestão da unidade agrícola, com reflexos negativos no seu futuro — o endividamento é uma das consequências negativas apontadas. A ideia de que se é «levado» a uma maior capitação de animais por hectare do que o desejável, de que nem sempre as alfaías adquiridas são as mais adequadas, ou que, por vezes, se aceitam culturas impostas, para se satisfazer os critérios oficialmente definidos, como única via de se conseguir o financiamento, transparece amiúde nas entrevistas, no quadro do que atrás se designou por protagonismo dos serviços.

Como caso exemplar apresenta-se o relatado por uma jovem, primeiro prémio de um concurso realizado a nível nacional para jovens agricultores com um projecto de instalação como fruticultora. O final da história não é, no entanto, feliz. Embora incentivado pelos serviços técnicos locais, o produto que se queria introduzir não se adaptava às condições edafo-climáticas da zona e rapidamente vários outros agricultores viram-se na situação da jovem: «Deram-me um subsídio para plantar [...] agora dão-me para arrancar!» A análise deste caso permite ver a deficiente articulação entre a acção dos serviços, a formação e a investigação agrária. A aplicação das ajudas comunitárias deu oportunidade, como se disse, a uma maior intervenção e visibilidade dos serviços, mas, quer os agricultores, quer os técnicos, referem-se à ausência de apoio por parte das estruturas oficiais de investigação agrária quando se trata de introduzir novas espécies, novos produtos, novas técnicas — em suma, de inovar. Os casos de insucesso de algumas acções de desenvolvimento local poderiam, assim, dever-se não apenas a um protagonismo voluntarista de quem quer «apresentar serviço», mas também à falta de conhecimentos e ausência de estruturas de apoio indispensáveis para se introduzir inovações. Em várias entrevistas é, por exemplo, referida a dificuldade

⁹ As críticas ao modo de aplicação do crédito são, regra geral, não objectivadas ou então dirigidas à própria zona agrária e, mais raramente, à entidade que em última instância é verdadeiramente responsável pelo crédito: o IFADAP. A explicação deste facto reside na tal maior visibilidade da zona agrária no contexto local, surgindo como, frequentemente, o único interlocutor conhecido e referenciável.

de os agricultores encontrarem sementes devidamente credenciadas pelos serviços, assegurando a sua qualidade e fiabilidade¹⁰.

O caso desta jovem agricultora premiada coloca uma nova perspectiva da formação, acentuando, como factor crucial do seu sucesso, para além dos conhecimentos veiculados, a filosofia subjacente à sua definição e desenvolvimento. O prémio nacional que recebeu foi-lhe atribuído pelo *projecto*, isto é, pelo documento, e não pelas suas possibilidades reais de sucesso. Com efeito, na avaliação teve-se em conta o exercício teórico, e não o facto de que se tratava de um estudo a partir do qual se pretendia dar início a uma actividade profissional. Esta desarticulação de objectivos entre as entidades responsáveis pela formação e aqueles que a frequentam assume muitas vezes uma natureza disfuncional na leitura que os jovens agricultores fazem dos cursos. Retomando o discurso da jovem: «Como é que é possível darem-me um prémio [...] para eu agora ter uma má exploração?»

A formação é, aliás, percebida de um modo frequentemente crítico e simultaneamente contraditório pela partes intervenientes, ou seja, formadores e formandos. Se muitos jovens julgam os cursos como pouco adequados às suas necessidades reais como agricultores, não raras vezes são julgados como estando a fazer os cursos apenas para satisfazer uma formalidade indispensável para se ter acesso ao subsídio de instalação. Neste desfasamento de representações, cuja análise extravasa os limites deste artigo, uma referência, todavia, se impõe. A formação dedicada aos jovens, particularmente aquela que se destina a fornecer a qualificação necessária ao início da actividade de agricultor, não deveria ser pensada como algo que se esgota no fim do ritual académico, isto é, no fim das aulas. São muitas as referências à necessidade de acompanhamento, quer na fase da instalação, quer nas fases subsequentes ao desenvolvimento dos projectos. A articulação entre a formação, a assistência técnica e a investigação agrária, por um lado, e os jovens agricultores, por outro lado, é alvo de fortes críticas ao longo das entrevistas, pela sua quase ineficácia, se não mesmo, em muitos casos, inexistência.

2.4. REPRESENTAÇÕES SOBRE O FUTURO: A QUESTÃO DAS GERAÇÕES E A QUESTÃO DA TERRA

Na noção de representação sobre o futuro incluiu-se a percepção sobre o futuro da agricultura como actividade económica julgada com viabilidade e a questão de saber se o jovem inquirido encarava a actividade de agricultor como algo definitivo ou como um mero recurso enquanto não lhe é oferecida uma situação alternativa. A análise das entrevistas faz sobressair um conjunto de problemas relacionados com a percepção do futuro como agricultores pelos jovens inquiridos, que pela sua importância e por facilidade

¹⁰ Em algumas entrevistas aparece o relato da introdução de um vírus que provocou em determinada região a destruição completa de vários pomares; no entanto, apesar dos esforços despendidos, não foi possível conseguir a responsabilização dos proprietários dos viveiros.

de exposição, se organizam em torno de duas situações críticas: a questão das gerações e a questão da terra.

A referência a jovens agricultores remete-nos para a noção de idade e, neste caso, para a implicação administrativa dos *efeitos de idade*, na medida em que acima de um certo limite os indivíduos deixam de ter acesso a um conjunto de apoios concedidos pelo Estado apenas aos considerados como jovens pela legislação. O uso da noção de idade confere à análise uma dimensão temporal e, no caso presente, permite traduzir de um modo claro a presença, ao longo do ciclo de vida individual, de vários horizontes decisionais. A noção de idade é, no entanto, insuficiente para se reter o facto de que as trajetórias individuais são marcadas de modo duradouro e variável, segundo a idade e posição no ciclo de vida, pela estrutura e dinâmica sociais. Para se reter esta ideia de que os comportamentos de um mesmo grupo de indivíduos com um mesmo percurso histórico são modelados pouco a pouco pelas suas experiências individuais e colectivas introduziu-se na análise a noção de *efeito de geração*,

A utilização em simultâneo destas duas noções — *efeito de idade* e *efeito de geração* — permite-nos uma melhor compreensão do que aqui se designou por a questão da terra, que pretende traduzir o complexo relacionamento das gerações no interior de uma mesma família quando é chegado o momento de os filhos acederem à vida profissional, neste caso traduzido na vontade dos jovens de assumirem de um modo pleno o estatuto de empresário agrícola. Na sociedade multigeracional actual a sobreposição de duas gerações com um horizonte de vida activa por vezes ainda longo dificulta ainda mais o processo de passagem de testemunho sobre a posse da terra. A vontade de assumir de um modo pleno o estatuto de empresário agrícola é contrariada pela dificuldade no acesso à terra. A falta de apoio à aquisição da terra é, assim, referenciada nas entrevistas e apontada como uma dificuldade sentida pelos jovens na sua fase de instalação¹¹.

O prolongamento da permanência do jovem no estatuto de trabalhador familiar ou a multiplicação de situações em que apenas formalmente o jovem assume o estatuto de empresário agrícola, continuando o pai a orientar, de facto, a exploração, são outros dos elementos intervenientes neste quadro complexo que regula o acesso dos jovens ao estatuto de dirigente da exploração agrícola. Se o acesso à terra e à qualidade de empresário agrícola se relaciona com a idade de entrada na vida activa, esta presença de pai e filho na unidade agrícola faz actuar o que se designou por *efeito de geração*, trazendo para o quotidiano da exploração posições diferentes quanto à sua gestão e ao seu futuro. E, se alguns conseguem «dar uma volta ao [meu] pai», como afirmava um dos inquiridos, por vezes o relacionamento é conflitual ou limitador de uma opção plena como agricultor.

¹¹ A maioria dos jovens contactados não explorava a terra por conta própria. A fraca participação dos jovens no mercado fundiário e a grande incidência do arrendamento entre os jovens agricultores são confirmadas, num estudo sobre o Minho, por F. Avillez (1989).

Nestes casos, a estratégia dos jovens passa frequentemente pelo apostar em dois campos, isto é, acumular a agricultura com outra actividade. Este tipo de atitude inscreve-se numa estratégia de prudência e de dúvida, de ver o que «as coisas podem vir a dar!» Nas entrevistas efectuadas não se ouve uma referência a uma busca de alternativas a este impasse de falta de terra, como, por exemplo, a constituição de empresas sob a figura da agricultura de grupo, de modo a permitir uma gestão participada. Para ilustrar esta situação recorre-se a dois discursos iguais no conteúdo e em que as diferenças nas soluções encontradas se prendem com a origem social dos actores.

O primeiro caso é o de um jovem que as ajudas comunitárias e o apoio do pai — um agricultor abastado! — ajudaram a resolver, pelo menos parcialmente, este dilema: «[...] eu tinha acabado de fazer o serviço militar [...] e, ou, de facto, o meu pai me passava a exploração para eu trabalhar por conta própria, ou eu tinha de enveredar por outro sector!», e agora cada um explora a sua unidade. O segundo caso refere-se a um jovem pequeno agricultor que explora a terra com o pai num conflito de posições quanto à gestão futura da exploração: «[...] o pai apoia e não apoia... ele concorda que eu esteja na terra porque alguém tem de estar na agricultura... mas a maneira de ele ver as coisas... de ele fazer as coisas... de encarar... as exigências de mercado... do consumidor... as novas técnicas... a evolução na agricultura... ele não consegue assumir as mudanças [...] Eu acredito bastante na técnica... nos técnicos... na tecnologia.» Representando o seu futuro como agricultor como algo pouco promissor pela incapacidade de resolver o seu problema com o pai, ou seja, de acesso à terra — «sei lá... vai da mentalidade dele... aqui as pessoas podem trabalhar enquanto podem!» —, resta-lhe, como projecto anunciado, e uma vez liquidadas as obrigações assumidas com a instalação como jovem agricultor, o abandono da terra. Num e noutro destes dois casos a intenção de ser agricultor passa pelo domínio da exploração e ambos chamam a atenção para o que atrás se designou como a questão da terra e para a importância desta como elemento estruturador das relações sociais na agricultura e, de um modo mais geral, na sociedade rural.

CONCLUSÃO

«Agora temos de dançar ao ritmo de Bruxelas... mas Bruxelas tem de saber qual é o nosso folclore!» Esta frase sintetiza o modelo proposto para a integração. Não se trata de negar a integração, que, recorde-se, é representada como um facto irreversível, mas de desejar que as regras não sejam impostas e aceites sem contrapartidas, sem se ter em conta realidades e especificidades nacionais. A integração é, assim, concebida como um processo interactivo de mútuas cedências e de reciprocidades, assegurando a salvaguarda de uma identidade em que o nacional e o regional se interpenetram.

É nesta perspectiva interactiva da integração que se colocam dois dos pontos nodais dos discursos dos jovens agricultores. Um refere-se à questão da alteridade e o outro à defesa da identidade e interesses nacionais. O facto de a Comunidade continuar a ser representada como um conjunto de *outros*, mais do que como um *nós*, e de continuar a ser vista essencialmente como um espaço económico favorece e reforça a ideia da necessidade de uma constante atenção à defesa dos interesses nacionais. São raros os casos em que a integração é percebida como um processo global e constitutivo de uma comunidade. As referências aos estrangeiros oriundos dos países comunitários que compram terras, as críticas ao modo como os interesses dos agricultores portugueses seriam defendidos face aos dos outros parceiros e o aparecimento de sintomas de um sentimento de discriminação entre países ricos e países pobres no quadro da Comunidade ilustram estas duas situações críticas dos discursos analisados.

O quadro acima descrito e as críticas à ausência de ajudas mais substanciais na fase da instalação, nomeadamente quanto à questão da compra de terra, não invalidam uma imagem positiva da Comunidade pelo seu interesse pelos jovens e pelo seu futuro enquanto agricultores! A «CEE presta mais atenção aos jovens», é uma ideia que aparece referida com frequência nas entrevistas. No entanto, esta maior atenção aos jovens é representada como um imperativo de mudar a agricultura, na sua componente técnica e social. O envelhecimento da população agrícola, a necessidade de fixar gente à terra e a modernização da agricultura são as causas mais frequentemente apontadas como estando na origem deste apoio da Comunidade à instalação dos jovens agricultores. A questão das gerações e a eventual diferença de atitudes perante a mudança voltam aqui a colocar-se, renovando-se a representação tradicional de os jovens serem mais abertos às inovações do que as gerações precedentes. Neste contexto, os jovens surgem sob a imagem de serem o futuro da agricultura, justificando, assim, apoios substanciais à sua instalação.

Ao estudar as representações sociais dos jovens agricultores sobre a integração da agricultura portuguesa na Comunidade Europeia, a análise efectuada neste artigo situou-se ao nível do cognitivo, referindo-se essencialmente aquela parcela do conhecimento que correntemente se designa por senso comum. O estudo das representações sociais remete a análise para dois níveis diferentes de problemas: o levantamento dos conhecimentos de senso comum existentes sobre determinada situação e a análise dos processos sociais pelos quais um determinado corpo de conhecimento é socialmente estabelecido e aceite como realidade¹². No caso presente, o texto refere-se apenas ao primeiro daqueles níveis, isto é, ao levantamento das representações sociais aqui consideradas como formas de conhecimento social que funcionam como maneiras de interpretar e de pensar a realidade quotidiana, não se debendo sobre os processos sociais que levam à construção desse conhecimento e à sua aceitação como realidade.

Não constituiu também preocupação deste artigo — e da pesquisa em que se fundamenta — verificar se os conhecimentos empíricos que informam as representações sociais eram ou não susceptíveis de serem invalidados por informação complementar de outra origem, mesmo que proveniente de fontes produtoras de conhecimento técnico ou científico. Aliás, para o indivíduo, independentemente da sua eventual validação ou invalidação por outros intervenientes na acção, as representações, enquanto conhecimento prático e socialmente partilhado, funcionam como um modo de forjar as evidências, de justificar as acções e de ajudar a definir as estratégias. Esse o motivo por que a orientação conferida à pesquisa viria a seguir de perto o enunciado de M. Autés (1985): «Não podemos dissociar as representações, o discurso e a prática. Eles formam um todo.»

BIBLIOGRAFIA

- AVILLEZ, Francisco, et al. (1989),** *Structural Change and Small Farm Agriculture in North-west Portugal. A Report to the Luso-American Development Foundation, ISA/University of Arizona/Stanford University.*
- AUTÉS, M. (1985),** *La pauvreté, une approche plurielle, Paris, ESF.*
- BERGER, Peter, e Thomas Luckmann (1966),** *The Social Construction of Reality, New York, Doubleday & Co.*
- BERGER, Suzanne, (1975),** *Les paysans contre la politique, Paris, Éditions du Seuil. Eurobarómetro de Fevereiro de 1988.*
- JODELET, Denise (1984),** «Représentation sociale: phénomènes, concepts et théorie», in Serge Moscovici (publié sous la direction de), *Psychologie sociale, Paris, PUF.*
- LOURENÇO, Maria Ema (1985),** «Uma administração para o cidadão?», in *Revista da Administração Pública.*
- LOURENÇO, Nelson (1988),** *Os Jovens Agricultores e a Ideia da Europa. As Representações Sociais sobre a Comunidade Europeia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.*
- LOURENÇO, Nelson (1989),** «Los agricultores portugueses y la Europa agraria: estructura social y estrategias de mercado», in *Agricultura y Sociedad, Abril-Junho, n.º 51.*
- LOURENÇO, Nelson (1991),** *Família Rural e Indústria, Lisboa, Editorial Fragmentos.*
- RAMBAUD, Placid (1989),** «Una nueva forma de sociedad: la Comunidad Europea», in *Agricultura y Sociedad, Abril-Junho, n.º 51.*
- TRACY, Michael (1989),** «Política agrária e integración europea», in *Agricultura y Sociedad, Abril-Junho, n.º 51.*